

Munduruku quer nova demarcação

Garimpos, madeireiras e invasores de terras estão entre os problemas que ameaçam a demarcação do território dos índios Munduruku

CARLOS MENDES ■ Da Editoria de Atualidades

O cacique Isaias Crixí não esconde sua decepção diante do que classifica como "descaso do governo" em relação à situação dos 5.075 índios Munduruku que vivem em 2,3 milhões de hectares - área maior que o Estado de Sergipe -, no sudoeste do Pará, entre os municípios de Itaituba e Jacareacanga. Os principais problemas, para Crixí, são a falta de demarcação da reserva - "eu não sei o que a Funai (Fundação Nacional do Índio) está esperando para fazer isso" -, invasão da área por garimpeiros e empresas madeireiras do Estado de Mato Grosso, além da construção da hidrovia do Tapajós, que corta o território indígena e já teve deferido, pela Justiça Federal, um pedido de antecipação de tutela numa ação civil pública movida pelos procuradores da República, Felício Pontes Júnior, do Pará, e José Pedro Taques, de Mato Grosso.

"As obras da hidrovia, dentro do território dos Munduruku, ferem frontalmente os direitos constitucionais assegurados às comunidades indígenas, à posse permanente sobre suas terras tradicionais e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais nela existentes. Estabeleceu-se uma contradição: a União Federal, tradicionalmente encarregada de fazer respeitar os direitos indígenas, não os respeitou", afirma Felício Pontes Júnior.

Armas - Semana passada, em assembleia realizada numa das aldeias, os índios decidiram cobrar do governo uma "ação imediata" para demarcar as terras. "Chega de ficar esperando, enquanto assistimos à invasão de madeireiras e garimpeiros", resume Crixí. "Ninguém quer brigar, mas se continuar assim seremos obrigados a pegar em armas", ameaça Darci Marubo, outro cacique Munduruku.

A demarcação das terras, cujo processo rolava em Brasília desde 95, foi autorizada, no último dia 3 de fevereiro, pelo presidente da Funai, Sullivan Silvestre, de acordo com relatório da antropóloga Maria Elisa Guêdes Vieira, publicado no mesmo dia pelo Diário Oficial do Estado.

Expulsos - A luta pela demarcação da reserva dos Munduruku já dura mais de 50 anos. Em 1945, através do decreto 305, o governo do Pará reservou aos índios uma área de aproximadamente 510 mil hectares. Mas a ida de uma equipe do governo e do então Serviço de Proteção ao Índio (hoje Funai), em julho de 1975, para demarcação, causou divergências, pois a área a ser demarcada seria inferior ao estabelecido pelo próprio decreto 305. Os munduruku rejeitaram a demarcação, alegando que as áreas de caça, coleta e várias aldeias indígenas ficariam fora dos limites. A equipe acabou ex-

pulsa pelos índios.

A reserva voltou a ser demarcada em 1977. Sua superfície foi ampliada para 948 mil hectares. Não houve qualquer trabalho de identificação antropológica. O resultado foi novamente desastroso. Aldeias Munduruku continuaram de fora da reserva, além de importantes áreas para a sobrevivência dos índios. Em 18 de janeiro de 1982, a portaria 1461/E, declarou como posse permanente a área demarcada em 77. Nova gritaria dos índios.

Invasores - A antropóloga Carmem Afonso coordenou, em setembro de 87, um grupo de técnicos da Funai para proceder a identificação dos novos limites. Foi proposta a ampliação da área para 1,9 milhão de hectares. A Funai concordou com o pedido de Carmem, através da portaria 866, incluindo o perímetro que já havia sido demarcado. Os Munduruku discordaram novamente dos limites, afirmando que a linha de ampliação do lado leste da reserva estava "fora da realidade", pois os igarapés Watienti, Daidi e Cururu estavam com suas cabeceiras "totalmente fora dos limites".

A novela demarcatória teve novo capítulo em dezembro de 93, através do decreto 22. A Funai enviou à região uma nova equipe, coordenada pela antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues. Desta vez, o objetivo era "identificar e delimitar a área de aldeias tradicionais e nascentes não compreendidas quando do estudo feito em 87". Na área de ampliação, em 93, foi descoberto no igarapé Massaranduba o garimpo Nova Esperança, propriedade de um homem conhecido por Luis Barbud, surgido após a interdição de 90.

Esse garimpo foi desativado para evitar confronto entre índios e garimpeiros. Mas em outro local, conhecido por Barro Vermelho, no rio das Tropas, a Funai encontrou a Mineração Rio Tinto, subsidiária da empresa DTVM, fazendo pesquisas.

Exército - Os técnicos da Funai, na última vistoria realizada nas terras dos Munduruku, sobrevoaram de avião a região sudeste da área, constatando a existência de diversos garimpos, inclusive casas de alvenaria. O Instituto de Terras do Pará (Iterpa) informou à Funai não existirem processos em tramitação no órgão quanto à concessão de terras a particulares, nem qualquer gleba do Estado dentro dos limites de 2,3 milhões de hectares dos Munduruku.

O fato de a Reserva Florestal Mundurucânia estar dentro dos novos limites estabelecidos pela Funai, não será problema. A reserva, criada pelo decreto 51.030, de 25 de junho de 1961, englobou a área destinada aos Munduruku pelo decreto 305, de 1945. Um outro decreto, o 62.998, de 16 de junho de 1968, ajustou as coisas para a Funai e para os índios.



▲ NOVELA - Funai não conseguiu, ainda, acertar os limites das terras dos índios que vivem na região sudoeste do Estado do Pará.

Feiticeiros eram os senhores das guerras Muitos não vivem mais nas aldeias

Os Munduruku sempre foram inteligentes e corajosos em suas lutas contra outras tribos indígenas do sudoeste do Pará. Eles tinham um trunfo durante as batalhas na floresta: utilizavam o feiticeiro como estratégia de luta, confundindo o adversário e deixando-o sonolento. Segundo estudo da antropóloga Angela Maria Batista, os primeiros Munduruku que chegaram na área indígena conhecida por Praia do Mangue era da família de Clementino Munduruku e Juliana Saw, originários da aldeia Cabitutu e da aldeia Canangodá, hoje extinta. Seus descen-

dentes dizem que eles saíram de lá por volta de 1960.

O pai de Clementino, o pajé Joaquim Ikon, foi acusado de feitiçaria. Isto significava que ele seria morto, a menos que fugisse antes de ser executado. "Meu pai se sentia sonolento e quase cego espiritualmente", dizia Clementino. A esposa de Joaquim foi devorada pelos maus espíritos. Quando não havia guerra entre os grupos indígenas, o feiticeiro fazia o mal, perseguindo e matando os próprios parentes. As Angela Batista diz que, às vezes, esses índios não eram

feiticeiros de verdade, mas como descendentes de pajés possuíam o dom sobrenatural.

De acordo com a tradição dos Munduruku, quando alguém possui algum tipo de poder sobrenatural e ainda não se assumiu como pajé, passa a ser perseguido pelos feiticeiros até que se transforme num deles e também pratique o mal. Em 1875, o historiador Gonçalves Toçantins já relatava algumas dessas execuções de feiticeiros, ocorridas na missão de Baçabal. Alguns era simplesmente queimados vivos.

Cerca de 1.500 Munduruku vivem hoje fora de suas aldeias, misturados entre os ribeirinhos nas margens do rio Tapajós. Muitos são casados com brancos, mas ainda existem famílias só de Munduruku. A antropóloga Angela Batista diz em seu estudo sobre a tribo que os motivos de os Munduruku viverem com ribeirinhos são vários.

Além do problema da feitiçaria, o contato para troca com brancos exerce uma atração. Na época das regatões, muitos Munduruku casaram com brancos e foram morar fora da terra indígena. Alguns ainda não estão mestiçados com brancos. Moram em pequenas vilas como Cacheiro de São Luís, Pimental, Bubure Mangabal, Penedo, São Martins Curuçá e outras.

Existem também grupos que vivem próximo de igarapés. Vivem de pesca, caça, agricultura, mandioca, seringa, coleta de castanha e garimpo. Muitos aparecem para visitar os parentes ou resolver algum problema de saúde na Funai de Itaituba. A caça é cada vez mais rara. Animais como cotia e caititu são abatidos a facção.

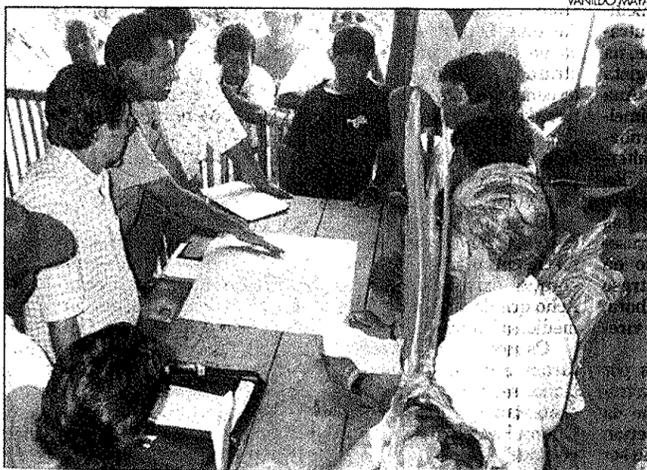
Em julho de 96 foi inaugurada dentro da aldeia do Mangue a escola Ikon-Bijajtu (guerreiro pegador), construída a partir de um convênio entre Funai, Cimi e Seduc. É de alvenaria, coberta com telhas. Tem duas salas de aula, copa e banheiros. Quatro Munduruku foram contratados pela Seduc. Dois são professores bilingües, um é servente e o outro administrador.

A escola funciona em dois turnos, possui alfabetização e atende de 1ª a 4ª séries. As crianças mais adiantadas estudam nas escolas municipais e estaduais de Itaituba. Todos os adultos Munduruku falam a língua indígena.

Caçadores - Implacáveis com os inimigos, os Munduruku ficaram conhecidos, até o final do século passado, como "caçadores de cabeças". Eram capazes de viajar mil quilômetros dentro de seu imenso território para voltar às suas aldeias com as cabeças de índios rivais enfiadas em varas de bambu. O gesto era saudado com alegria pela tribo, que passava dias seguidos em rituais festivos de comemoração da vitória.

O padre José Monteiro Noronha fez a primeira referência aos Munduruku em 1768. Eles faziam parte das famosas expedições dos "caçadores de cabeças". Por causa disso, eram temidos por outros grupos indígenas e primeiros colonizadores portugueses e espanhóis.

Os Munduruku atacaram vilarejos e acampamentos de portugueses, principalmente no rio Tapajós, entre 1770 e 1795. Em represália, o então governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, organizou uma expedição de 200 homens com destino ao alto Tapajós, em 1795. A batalha entre os Munduruku e os brancos do governo foi sangrenta. Mais de 3 mil índios lutaram contra o pequeno exército, que supria sua desvantagem numérica com muitas armas de fogo e muita munição.



▲ FELÍCIO PONTE JÚNIOR - Obras da hidrovia do Tapajós ferem os direitos constitucionais das comunidades indígenas.